



RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS DA UHE PORTO PRIMAVERA

Equipe: Alarico Antônio Cristino Jácomo
Dione Angélica de Araújo Côrte
Sílvia Regina Alvarez Guedes

Objetivo: Atender ao OF/GAB/PRM/PP/Nº 483/99, datado de 04/08/99, da Procuradoria da República em Presidente Prudente

1. INTRODUÇÃO

A decisão sobre a emissão da Licença de Operação nº 024/98, de 03/11/98 que autorizou a operação da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera com o enchimento do reservatório até a cota 253m foi tomada a partir da assinatura do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, doravante chamado apenas de TC, celebrado entre o Ministério Público, o IBAMA e a CESP no âmbito da Ação Civil Pública Cautelar (P.98.1202665-7) e da Ação Civil Pública Ambiental (P.98.1203722-5), ambas da 2ª Vara Federal de Presidente Prudente.

Neste sentido, o presente relatório tem como objetivo atender a um dos compromissos do IBAMA, mencionado no item 21.1 do Termo de Compromisso - TC supracitado. Assim sendo, passaremos a relatar a situação de cada um dos Programas Ambientais objeto do TC. A numeração apresentada é a mesma usada naquele documento. Ressalta-se que o presente relatório é fruto da análise de toda a documentação encaminhada pela CESP (documentos técnicos e relatórios) confirmada em vistoria realizada no período de 4 a 06/10/99.

II. PROGRAMAS RELATIVOS AO MEIO FÍSICO

1. Enchimento do Reservatório

1.1. O protocolo de regras descrevendo as etapas e ações a serem desenvolvidas quando do enchimento do reservatório foram entregues ao IBAMA em agosto de 1998. O enchimento do reservatório somente foi iniciado após a emissão da Licença de Operação nº 024/98.

1.2. O enchimento do reservatório foi realizado, com o acompanhamento do IBAMA, procurando observar as melhores condições e circunstâncias para minimizar os impactos à fauna atingida.

1.3. O acompanhamento dos aspectos mencionados neste item só poderá ocorrer após o início da operação na cota 257/259m.

2. Controle de Erosão e Assoreamento

2.1. Este Programa está sendo desenvolvido, pela CESP, no âmbito do Comitê de Bacias Hidrográficas em ambos os Estados.

2.2. Foram liberados recursos para a bacia dos rios Aguapeí e Peixe. Na bacia Aguapeí/Peixe, foi selecionado o córrego da Negrinha, município de Osvaldo, e no Pontal o Córrego da Água Sumida e ribeirão do Veado, no estado de São Paulo. No Mato Grosso do Sul, ainda não foram selecionadas as bacias hidrográficas, para início dos estudos.

Atividades a realizar:

- mapeamento dos processos erosivos;
- identificação e planejamento de áreas reflorestadas;
- caracterização das estradas secundárias e vicinais;
- cursos de reciclagem; e
- escolhas das bacias de intervenção.

2.3. Os recursos foram liberados mediante a apresentação de projetos específicos. Estes projetos não foram apresentados ao IBAMA.

2.4. O IBAMA ainda não recebeu relatórios demonstrativos das ações desenvolvidas e da aplicação dos recursos referidos.

3. Proteção das Encostas Marginais

3.1. Este Programa está concluído no que se refere à proteção de encostas referentes ao enchimento do reservatório até a cota 253m, pois era fundamental para garantir a segurança do mesmo. A proteção das encostas previstas até o enchimento do reservatório na cota 257/259m estarão sendo concluídas em março de 2000 e as atividades previstas para serem concluídas até o enchimento são:

- a estabilidade de encostas de Presidente Epitácio;
- a proteção de talude da Sabesp - 2º etapa.

4. Mitigação dos Impactos da Elevação do Nível do Lençol Freático

4.1. As atividades desenvolvidas visam acompanhar/avaliar os efeitos da elevação do lençol freático, como consequência do enchimento do reservatório até a cota 257/259m. Para isto, foram instalados diversos piezômetros (ver listagem abaixo) que já apresentaram variação do nível d'água nesta primeira fase de enchimento do reservatório quando se esperava que esta elevação viesse a ocorrer apenas na segunda fase. Nesta etapa, já foi observado o

umidecimento dos queimadores/fornos de alguns oleiros de Presidente Epitácio e pequenas trincas em casas de alvenaria, bem como alteração no escoamento das fossas. Este Programa tem sido desenvolvido em parceria com o IPT que tem acompanhado e diagnosticado cada situação. Está prevista a reposição ou recomposição dos usos e ocupações que porventura venham a ser afetados pela elevação do lençol freático em decorrência do enchimento do reservatório. Foi apresentado ao IBAMA, em julho de 1999, o estudo realizado pelo IPT que aborda este aspecto.

Ponto Visitado	Localização	Reclamação dos moradores
Olaria São João	Reta 1 - Patrimônio	Umidecimento dos fornos, afogamento das fossas e trincamentos de paredes
Casa de Alvenaria	Reta 1 - Patrimônio	trincamentos de paredes
Casa de Alvenaria	BR-267	trincamentos de paredes
Sítio Boa Vista	Estrada Boiadeiro	Elevação do nível d'água dos poços e trincamento de paredes da casa de alvenaria
Estância Pantaneira	Área Rural	Preocupação com relação às estruturas da Usina de Beneficiamento de Leite, casas de alvenaria e lagoa de estabilização de efluentes industriais.

5. Recuperação de Áreas Degradadas

5.1. O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas foi apresentado ao IBAMA em março de 1999 devidamente detalhado.

5.2. Com o objetivo de reintegrar áreas degradadas à paisagem, está sendo iniciada a recuperação das mesmas. Foram tomadas providências no sentido de recuperar áreas degradadas pelas obras complementares à obra principal tais como pontes e áreas de empréstimo utilizadas para retificação do traçado da BR 267. Nas áreas de empréstimo utilizadas para construção da barragem, foi dado o início do reafeiçoamento do terreno e regularização das áreas de bota-fora. Alguns problemas foram verificados em decorrência do enchimento do reservatório na cota 253 m, na margem direita, observou-se uma elevação do nível d'água, o que com certeza irá dificultar a recuperação da área.

III. PROGRAMAS RELATIVOS AO MEIO BIÓTICO

6. Desmatamento da Bacia de Inundação

6.1. O desmatamento foi realizado conforme orientação do Ibama, em conformidade com o modelo matemático apresentado pela CESP. A premissa do modelo proposto era de realizar o desmatamento em áreas que fossem prejudicar a beleza cênica, a navegabilidade e em áreas onde os parâmetros da qualidade da água pudessem estar em desacordo com os permitidos pela legislação. Entendemos como atendido ao que foi previsto no estudo. Contudo, verificamos in loco que seria necessário alguns ajustes no modelo apresentado, visto que na área, observou-se em alguns trechos do reservatório, grande quantidade de matéria vegetal afogada, vindo a afetar principalmente a questão relacionada a beleza

cênica, sem considerar também que outros parâmetros poderão vir a ser alterados ao longo do tempo.

6.2. Quanto ao atendimento dos levantamentos referentes ao resgate da flora antes do desmatamento, consideramos que esta questão vem sendo atendida, tendo em vista a apresentação do levantamento florístico e da formação do Banco de Germoplasma que também está sendo efetivado a contento. Porém, quanto aos desmatamentos para a cota 257/259m, temos a informar que o material entregue pela CESP para emissão da supressão, se encontra em análise neste Ibama. Contudo, em vistoria foi observado que as áreas que necessitam de desmatamento são praticamente pequenos trechos de mata ciliar, ao longo do reservatório, com exceção das áreas do rio do Peixe, que são extremamente densas, possuindo vegetação de porte alto o que conseqüentemente proporcionará grandes volumes de biomassa a serem retiradas nestes locais. Além disto, foi observada a dificuldade de penetração nestas áreas para a retirada deste material vegetal, sendo portanto, imprescindível que a CESP apresente uma solução para esta questão. A sua permanência na área poderá contribuir na alteração dos padrões de qualidade da água.

6.3. O estudo referente ao redimensionamento do desmatamento no rio do Peixe, deverá ser realizado. A Cesp contratou a Ufscar para realização desses estudos.

6.4. A CESP deverá preservar as ilhas temporárias entre as cotas 257/259m, que se formarão para refúgio da fauna, bem como enriquece-las com espécies vegetais. Foi possível verificar em vistoria processos de recuperação em uma das ilhas formadas pelo reservatório. Quanto aos animais ilhados, estes tem sido relocados para outras áreas, pois a operação resgate ainda continua ocorrendo.

7. Limpeza do Reservatório

7.1. Quanto aos procedimentos de desinfecção e limpeza do reservatório, observou-se in loco que as estruturas relativas as cotas de enchimento foram devidamente retiradas conforme previsto o programa.

8. Reflorestamento

8.1. A CESP enviou ao Ibama, o programa de reflorestamento ciliar e Recomposição de matas nativas, prevendo no Estado de São Paulo, 1.031 ha e 515 ha em áreas de terceiros e no Estado de Mato Grosso do Sul o plantio abrangerá áreas de cerca de 2.900 ha e em áreas de terceiros, 3.650 ha.

As mudas a serem utilizadas no plantio, estão sendo produzidas nos viveiros de Primavera/SP e Jupiá/MS.

Está sendo previsto o enriquecimento das áreas junto às margens do reservatório, onde vem ocorrendo regeneração natural, com a utilização de espécies que permitam o aumento da oferta de alimentos para a fauna, (embaúbas, maça-de-pacu, genipapo, figueiras, ingás etc).

Foram observadas em vistoria algumas áreas, inclusive áreas de empréstimo onde vem sendo efetuado os reflorestamentos.

Algumas destas áreas são; a Fazenda Santo Antônio e a Lagoinha, onde foi possível verificar o estágio das mudas. Na Fazenda Santo Antônio, o início do reflorestamento se deu a cerca de 4 meses, estando as mudas não muito desenvolvidas, devido ao longo período de seca nesta região, dificultando assim o crescimento destas, porém muitas espécies como; o açoita-cavalo, aroeira, ingá, pau d'alho, angico, genipapo, figueira, ipê-roxo, canelinha, ipê-tabaco, coração de negro, pau viola, cafezinho, feijão crú, estão presentes na área.

8.2.O incentivo aos proprietários rurais quanto a conscientização para o reflorestamento na margem paulista, de acordo com a CESP, está em andamento.

8.3.A CESP deverá enviar os relatórios referentes ao Programa de Reflorestamento, conforme acordado em vistoria técnica.

9. Inventário e Resgate de Flora

9.1.A CESP apresentou o levantamento florístico conforme solicitado pelo Ibama e MPF.

9.2.A CESP vem apresentando os relatórios referentes a coleta de propágulos de acordo com o Termo de Compromisso do MPF. Estão sendo previstas nestes estudos cerca de aproximadamente 30 espécies de cerrado e 30 espécies da área de planalto.

O Banco de Germoplasma funcionará do lado paulista e do Mato Grosso do Sul. Em Porto Primavera existe uma equipe que tem trabalhado nas coletas e duas pessoas que estão na cidade de Presidente Epitácio, responsáveis por este trabalho. Duas espécies em extinção fazem parte do programa, que é o Pó de Gonçalves e a Aroeira, conforme verificado in loco. As coletas deverão ocorrer até o enchimento definitivo do reservatório.

Foi observado através de vistoria por este Ibama, as atividades no viveiro de Porto Primavera, de beneficiamento de sementes e produção de mudas.

9.3.A CESP apresentou ao Ibama os estudos necessários ao levantamento florístico.

10. Pesquisa e Manejo da Fauna

10.1. Quanto aos estudos de capacidade de suporte, a CESP enviou aqueles solicitados para a cota 253m/257m, porém deverá ainda apresentar para a cota 257m, relatórios constando dos resultados dos estudos de capacidade de suporte, bem como dos novos procedimentos que deverão ser adotados para ajustar o Resgate de Fauna para a segunda fase, conforme a CESP, estes deverão ser finalizados e brevemente ser encaminhados ao Ibama. Porém, tem-se conhecimento de que algumas áreas foram selecionadas para se relocar a fauna para a cota 259. De acordo com a CESP, as áreas onde estão sendo realizados os estudos são; a Fazenda Bonita, Fazenda Nossa Senhora de Fátima e a Fazenda Buriti.

Sabe-se que algumas áreas na Fazenda Madeiral, Fazenda Buriti e Fazenda Primavera, foram utilizadas para relocação da fauna quando do enchimento até a cota 253m, e estão no momento sendo monitoradas pela CESP.

Foi observado in loco, a Fazenda Madeiral, que possui uma área de 100 hectares, constando desta área cerca de 56 animais soltos e monitorados. A área se apresenta bastante

degradada, porém em alguns locais a densidade da vegetação é considerável. Nesta área foram soltos principalmente o bugio, *Allouata caraya* e o macaco-prego, *Cebus apella*.

10.2. Nestas propriedades monitoradas estão sendo realizados programas de Educação Ambiental. A propriedade possui uma placa com a seguinte citação "Propriedade amiga da natureza". Este programa foi apresentado ao Ibama. Sabe-se que cerca de 6000 animais foram relocados, porém somente 10% estão sendo monitorados.

10.3. De acordo com a CESP, estão sendo prestado apoio à Polícia Militar Florestal através de materiais e equipamentos, para auxiliar na fiscalização. Apesar dos esforços de conscientizar os fazendeiros e a comunidade das cidades circunvizinhas, fomos informados pela CESP, que está havendo muita caça nas áreas onde houve maior concentração de animais, vários dentre os cervos do Pantanal, jacarés, capivaras, inclusive as onças estão sendo dizimados.

10.4. Quanto ao Plano de Monitoramento/acompanhamento da fauna a ser relocada para as respectivas fases de enchimento, este foi apresentado para a cota 253/259, porém, para a cota 259 deverá ser apresentado um relatório os estudos relativos a capacidade de suporte e um outro referente ao novo Plano com maior nível de detalhamento para o resgate, conforme já especificado no item 10.1 3 e posteriormente os relatórios de acompanhamento da fauna relocada.

10.5. Quanto a destinação de espécimes provenientes do resgate para instituições científicas, com prévia aprovação e autorização pelo Ibama, temos conhecimento que até o momento este procedimento vem ocorrendo a contento sem maiores problemas.

10.6. A CESP deverá encaminhar ainda os projetos que estão pendentes, como por exemplo; o de capacidade de suporte que deverá ser apresentado para a cota 257m e o acompanhamento dos últimos relatórios dos projetos da fauna.

10.7. Com relação à implementação dos projetos especiais a serem realizados com as espécies ameaçadas, temos a informar que alguns relatórios estão sendo entregues como o monitoramento de grandes felinos e do cervo do Pantanal, porém deverão ser apresentados os últimos relatórios das atividades que estão em andamento.

10.8. Quanto ao projeto de anilhamento de aves aquáticas, temos a informar que foi encaminhado ao Ibama o Relatório referente a 1º campanha.

11. Criação de Unidades de Conservação

11.1. Para a criação da Unidade de Conservação do rio Aguapeí, temos conhecimento que já foi decretada a criação do Parque Estadual do Aguapeí em 02/07/98 pelo Decreto nº 43.269/98, com cerca de 8.719,90 ha. A outra área é no rio do peixe com aproximadamente 12.000 ha.

11.2. De acordo com a CESP já foi concluída a demarcação das áreas destinadas a Unidades de Conservação.

11.3. Não foram ainda concluídas as obras de infra-estrutura para as Unidades de Conservação, pois depende ainda da aquisição das áreas.

11.4. De acordo com a CESP, para arcar com a desapropriação das áreas é necessário que seja providenciada a procuração do Estado de São Paulo para iniciar a aquisição.

11.5. Após aquisição das áreas a empresa deverá arcar com os custos de manutenção e administração.

11.6. De acordo com a CESP, o demonstrativo de despesas que deveria ser enviado ao Ministério Público, depende também da aquisição das áreas.

12. Conservação da Ictiofauna

12.1. Quanto a implementação da escada de peixes, temos a informar que esta se encontra em obras, já o elevador de peixes se encontra praticamente concluído e em fase de teste.

12.2. É imprescindível que quando da operação dos sistemas de transposição a Cesp identifique as espécies que estão conseguindo transpor o barramento, estimando as quantidades anuais, em número e em biomassa, através de amostragens nos períodos da piracema e envie relatórios anuais ao Ibama. Porém, no momento é importante que seja cancelado o peixamento que vem sendo realizado, tendo em vista não se ter informações suficientes a respeito das espécies que existem hoje no reservatório e daquelas que devem permanecer no lago, além dos estudos que são imprescindíveis de se realizar, no que tange aos locais de desova e reprodução, bem como dos possíveis habitats das espécies de maior significância desta região. Somente após a orientação dos estudos, poderá ser efetuado o peixamento. Um dos motivos fundamentais para este procedimento, diz respeito aos possíveis resultados benéficos que poderão ter as comunidades da ictiofauna quanto a utilização dos mecanismos de transposição, (escada e elevador de peixes) e que tal informação poderá ser mascarada, devido a execução de um peixamento inoportuno e muitas vezes inadequado.

13. Monitoramento de Macrófitas Aquáticas

13.1. A CESP encaminhou o programa de monitoramento de macrófitas aquáticas para este Ibama. Em vistoria foi verificado que em alguns pontos do reservatório já estão proliferando macrófitas, sendo muito provável que esta proliferação venha a ter conseqüências negativas tanto para o ecossistema do lago, como para a própria hidrelétrica, contudo a sua forma de controle deverá ser avaliada junto ao Ibama.

13.2. Sabe-se que no momento estão sendo realizados estudos controlados e com o aval do Ibama, em áreas restritas na UHE- Jupia, com um produto químico para o controle destas plantas. Somente após os testes e a sua aprovação por este órgão poderá ser introduzido ou definido a forma de controle. Outras formas de controle que forem sugeridas serão avaliadas pelo Ibama.

11.4. De acordo com a CESP, para arcar com a desapropriação das áreas é necessário que seja providenciada a procuração do Estado de São Paulo para iniciar a aquisição.

11.5. Após aquisição das áreas a empresa deverá arcar com os custos de manutenção e administração.

11.6. De acordo com a CESP, o demonstrativo de despesas que deverá ser enviado ao Ministério Público, depende também da aquisição das áreas.

12. Conservação da Ictiofauna

12.1. Quanto a implementação da escada de peixes, temos a informar que esta se encontra em obras, já o elevador de peixes se encontra praticamente concluído e em fase de teste.

12.2. É imprescindível que quando da operação dos sistemas de transposição a CESP identifique as espécies que estão conseguindo transpor o barramento, estimando as quantidades anuais, em número e em biomassa, através de amostragens nos períodos de piracema e envie relatórios anuais ao Ibama. Porém, no momento é importante que seja cancelado o peixamento que vem sendo realizado, tendo em vista não se ter informações suficientes a respeito das espécies que existem hoje no reservatório e das áreas que devam permanecer no lago, além dos estudos que são imprescindíveis de se realizar, no que tange aos locais de desova e reprodução, bem como dos possíveis habitats das espécies de maior significância desta região. Somente após a orientação dos estudos, poderá ser efetuado o peixamento. Um dos motivos fundamentais para este procedimento, diz respeito aos possíveis resultados benéficos que poderão ter as comunidades da ictiofauna quanto a utilização dos mecanismos de transposição, (escada e elevador de peixes) e que tal informação poderá ser mascarada, devido a execução de um peixamento importante e muitas vezes inadequado.

13. Monitoramento de Macrófitas Aquáticas

13.1. A CESP encaminhou o programa de monitoramento de macrófitas aquáticas para este Ibama. Em visita foi verificado que em alguns pontos do reservatório já estão proliferando macrófitas, sendo muito provável que esta proliferação venha a ter consequências negativas tanto para o ecossistema do lago, como para a própria hidrografia, contudo a sua forma de controle deverá ser avaliada junto ao Ibama.

13.2. Sabe-se que no momento estão sendo realizados estudos controlados e com o aval do Ibama em áreas restritas na UHE- Jupia, com um produto químico para o controle destas plantas. Somente após os testes e a sua aprovação por este órgão poderá ser introduzido ou definido a forma de controle. Outras formas de controle que forem sugeridas serão avaliadas pelo Ibama.

IV. PROGRAMAS RELATIVOS AO MEIO SÓCIO-ECONÔMICO

14. Remanejamento da População Atingida

14.1 - A CESP reassentou todas as famílias consideradas beneficiárias do sub-programa de reassentamento coletivo atingidas pela cota 253m em seus lotes definitivos antes do enchimento do reservatório. Estão sendo tomadas as providências necessárias para que o mesmo aconteça para os atingidos pela cota 257m.

14.2 - A CESP apresentou ao IBAMA em 07/12/98, todos os projetos mencionados no TC e os respectivos cronogramas de implantação. Os equipamentos básicos de serviços estão aos poucos sendo definidos pelas comunidades. Por exemplo, o Reassentamento Fazenda Aruanda (Bataguassu/MS) decidiu pela construção de um Centro Comunitário (varandão, palco, salas de uso múltiplo, cozinha e sanitários) que está sendo construído ao lado da escola que também está em fase de acabamento. Por outro lado, a CESP está prestando assistência técnica agrônômica aos reassentados em todos os níveis (preparo da terra, aquisição de mudas, etc).

14.3 - As 30 famílias que estavam alojadas na Velha Porto XV (não consideradas beneficiárias) receberam da CESP um kit-construção e, em sistema de mutirão em parceria com a Prefeitura, construíram suas casas na área de expansão da Nova Porto XV, área esta que já havia sido cedida à Prefeitura.

14.4 - As residências definitivas dos reassentamentos rurais foram construídas, restando apenas 3 residências no reassentamento da Fazenda Aruanda que estão em fase final de acabamento. Houve atraso na conclusão deste serviço devido a problemas com a Terrasul, o que foi devidamente justificado pela CESP. Quanto à implantação da infra-estrutura (rede de abastecimento de água e de energia elétrica), a CESP concluiu a implantação das redes internas dos reassentamentos em todos eles. Contudo nos reassentamentos de Aruanda e Santa Ana a rede elétrica ainda não foi ligada à rede de transmissão rural e os beneficiários continuam sem água e energia elétrica. Porém, acreditamos que a CESP está tomando providências para resolver a questão. No caso de Santa Ana a ligação está prevista para os próximos 15 dias. Para Aruanda, a situação é mais complicada pois a rede rural existente não comporta a demanda do reassentamento e a CESP está negociando com a Enersul uma solução para a questão.

14.5 - A aquisição de terras para reassentar as famílias atingidas pela cota 257m está quase concluída. As 6 (seis) famílias de Castilho/SP deverão ser reassentadas na Fazenda Bunitis, em Paulicéia/SP, pois o número reduzido de famílias inviabiliza a implantação de um novo reassentamento. O atraso na compra da terra para implantação do núcleo de Porto João André se deu por questões judiciais ligadas ao inventário dos bens do proprietário que faleceu durante o processo de aquisição da terra. Porém, esta questão está em fase final de negociação. Independentemente deste fato, o projeto do núcleo já foi elaborado e está sendo discutido com os beneficiários. Continua pendente a aquisição da terra para o reassentamento das 16 famílias de Três Lagoas/MS. A Terrasul indicou recentemente a área

a ser adquirida e a CESP está em processo de negociação com o proprietário. As demais famílias dos outros municípios já possuem lotes reservados nos reassentamentos existentes, inclusive na Fazenda Pedra Bonita, em Brasilândia/MS onde restam 32 propriedades disponíveis.

14.6 - Pelas razões expostas anteriormente, os projetos executivos do reassentamento de Porto João André e de Três Lagoas ainda não foram apresentados ao IBAMA.

15. Reinserção Produtiva do Setor de Areia e Cascalho

15.1 - A CESP está implantando o programa de acordo com o que foi previsto no EIA/RIMA.

15.2 - O IPT foi contratado para realizar o estudo das adaptações necessárias e relocação das instalações fixas dos setores e dos equipamentos flutuantes do setor de extração de areia.

16. Reinserção Produtiva do Setor Cerâmico-Oleiro

16.1 - O estoque de argila para os oleiros de Porto João André ainda não foi iniciado porque ainda não foi possível chegar a um acordo com aquela comunidade.

16.2 - A área indicada pela Terrasul, cuja escolha foi apoiada pela comunidade está em processo final de aquisição, conforme mencionado no item 14.5.

16.3 - Os estudos realizados pelo IPT demonstram que a argila cubada na Fazenda Cisalpina possui especificações técnicas similares àquela hoje utilizada pelos oleiros de Porto João André. Mesmo assim, a CESP tentou realizar testes com a argila nos equipamentos dos oleiros, mas não foi autorizada pelos mesmos. Porém, está disposta a promover a requalificação dos oleiros, caso seja necessário.

16.4 - A elevação do nível do lençol freático provocada pelo enchimento do reservatório aliada à pouca tecnologia dos oleiros de Porto João André dificultou a retirada da argila das suas antigas jazidas. Neste sentido, para que a produção não fosse interrompida a CESP estocou 40 m³ de argila para cada um dos 26 oleiros.

16.5 - O projeto do Reassentamento do Núcleo de Porto João André está em processo de licenciamento junto à SEMA/MS e para tanto está sendo discutido com a comunidade local. Contudo, a negociação não está sendo fácil, principalmente com os oleiros proprietários, sendo que os oleiros arrendatários e posseiros concordaram com a proposta da CESP.

16.6 - O atraso nas negociações mencionadas acima e conseqüentemente no licenciamento ambiental e início de implantação do novo Núcleo de Porto João André poderá comprometer o cronograma de enchimento do reservatório até a cota 257m.

16.7 - Para os oleiros que serão afetados pelo enchimento do reservatório até a cota 257m, a CESP está providenciando o estoque de argila conforme previsto no EIA e foi implementado para os atingidos pelo enchimento até a cota 253m, utilizando-se, para tanto, dos contratos de auto-estocagem. Conforme dito anteriormente, os estoques para os oleiros do núcleo de Porto João André não foram iniciados.

16.8 - Foram realizados, pelo IPT os estudos de identificação de jazidas de argila alternativas para os oleiros de Três Lagoas. As únicas jazidas identificadas se localizam em área de preservação permanente do reservatório e a autorização para exploração das mesmas está sendo analisada pelo IBAMA.

17. Apoio à Mão-de-Obra Atingida

17.1 - A CESP adquiriu as áreas correspondentes a 5 ha por família beneficiária para os municípios de Bataguassu, Santa Rita, Anaurilândia e Brasilândia no Mato Grosso do Sul, repassando-as às prefeituras após assumirem o compromisso de implantar a infra-estrutura nos lotes e apoiar a população beneficiária. Contudo, as prefeituras ainda não conseguiram fazer a sua parte. Apenas demarcaram os lotes e, em alguns casos, os distribuíram. Neste sentido, alguns beneficiários estão morando nos próprios lotes em condições precárias: barracos de lona ou madeira, sem água e energia elétrica. Segundo a Prefeitura de Bataguassu os recursos para implantação das residências (Projeto Casulo) já estão disponíveis e, provavelmente, serão iniciadas em 20 dias. Os demais municípios encontram-se em fase de aprovação do projeto junto ao INCRA, órgão responsável pela implantação do Projeto Casulo.

17.2 - No estado de São Paulo, a situação é diferente. Nenhuma das prefeituras assumiram o compromisso de implantar a infra-estrutura dos reassentamentos. Mesmo assim, algumas famílias de Panorama e de Presidente Epitácio optaram por receber 5 ha de terra. A CESP está decidindo como resolver esta questão.

18. Readequação da Atividade Pesqueira

18.1 - Na tentativa de definir a relação dos beneficiários deste programa a CESP solicitou aos representantes das três colônias de pescadores que indicassem os mesmos. Com base nos critérios gerais estabelecidos neste item do TC, as colônias apresentaram uma relação de aproximadamente 1800 beneficiários. Foram então revistos os critérios de identificação de beneficiários e uma segunda relação apresentou aproximadamente 600 beneficiários. Agora, a CESP promoverá a revisão desta relação no sentido de reconhecer os reais beneficiários do programa.

18.2 - A comissão foi constituída em dezembro de 1998.

18.3 - Quanto a este item, a CESP está aguardando a definição dos beneficiários para atender ao fornecimento de 1000m de redes de espera.

Fis.:	1570
Proc.:	1247192
Rubr.:	Sm.

18.4 - Até o momento, o IBAMA não proibiu a pesca no reservatório em função da formação do mesmo.

18.5 - A CESP apresentou ao IBAMA a proposta para a localização dos pontos de pesca, que está em processo de análise.

19 - Mitigação do Desemprego

19.1 - A CESP apresentou aos municípios o projeto de cursos de formação, capacitação e requalificação de mão-de-obra para aproveitamento de matéria prima regional. Todos eles aderiram ao programa e através de convênios, a CESP está repassando recursos para a promoção dos cursos programadas. Várias pessoas estão sendo treinadas e os resultados já são perceptíveis, principalmente na área do artesanato.

19.2 - O programa continua em andamento, tendo sido disponibilizado pela CESP, por exemplo, o local para a comercialização do artesanato em Bataguassu/MS e Presidente Epitácio/SP.

19.3, 19.4 e 19.5 - O Projeto de construção de uma incubadora industrial e demais acessórios está sendo negociado com as prefeituras.

20. Resgate Arqueológico

20.1 - A CESP apresentou ao IBAMA o relatório sobre o resgate arqueológico realizado até a cota 253m. Após o resgate, o IPHAN liberou a área para o enchimento. Contudo, o relatório conclusivo sobre o resgate somente poderá ser apresentado após finalizado o resgate até a cota 257m.

20.2 - Está em andamento o resgate arqueológico até a cota 257m.

